

MANIFESTAÇÕES CONCRETAS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO - RS

Eduardo Gilvan Dutra, Rita Inês Paetzhold Pauli

RESUMO: O artigo tem como objetivo mostrar a dinâmica de desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas estaduais do município de Santiago-RS, especificamente no que concerne aos aspectos qualitativos da alimentação dos alunos. Os procedimentos metodológicos compreendem além da revisão da literatura e documental, um estudo empírico de análise realizado a partir de uma investigação efetuada com informantes institucionais qualificados e incursões diretas em todas as escolas estaduais, do município de Santiago –RS. Conclui-se que em 2014, houve uma diferença média de 51,37% em relação a alocação dos recursos financeiros do PNAE e à aplicação em alimentos da agricultura familiar. Verificou-se discrepância na proporção quantidade de alimento por aluno nas diferentes escolas, bem como no comércio descentralizado em relação a entidade articuladora.

Palavras-chave: PNAE. Segurança Alimentar. Alimentação Escolar.

ABSTRACT: This article aims to show the development dynamics of the National School Feeding Programme in state schools in the municipality of Santiago-RS, specifically concerning the qualitative aspects of the supply of students. The methodological procedures include in addition to the literature review and documentary, an empirical analysis carried out from an investigation made to qualified institutional informants and direct inroads into all state schools in the municipality of Santiago-RS. It is concluded that in 2014, there was an average difference of 51,37% over the allocation of financial resources of the PNAE and application in food from family farms. A discrepancy was found in proportion to amount of food per pupil at different schools as well as in the decentralized trade in relation to the articulator entity.

Keywords: PNAE. Food Safety. School Feeding.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apesar dos seus importantes desdobramentos no período recente, já possui meio século de existência e vem contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais. Ao mesmo tempo, o estado da arte da literatura especializada, denota e corrobora com o importante papel que exerce nos efeitos sinérgicos no desenvolvimento sustentável, especificamente no concernente aos impactos sociais rurais e ambientais.

O público alvo imediato do Programa e beneficiário via transferência de recursos financeiros, são os alunos regularmente matriculados em escolas públicas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) e entidades filantrópicas e comunitárias, desde que conveniadas com o poder público, por meio da transferência de recursos financeiros. Belik e Chaim (2006) lembram que a merenda escolar também desenha papel relevante no que diz respeito ao controle ou redução de evasão escolar, ao mesmo tempo, que garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes.

Para Paula, Kamimura e Silva (2014), inferem que esse tipo de programa surge como uma alternativa no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos, auxiliando tanto nos aspectos sociais (inclusão social, por exemplo) quanto do nutricional e econômico.

Considerando que o desenvolvimento do PNAE apresenta particularidades no seu desenvolvimento nos diferentes municípios brasileiros e, tendo ciência de que as diretrizes do Programa visam criar mercados institucionais para a agricultura familiar e elementos importantes qualitativos na merenda escolar com melhores níveis de segurança alimentar e nutricional, é que se objetiva nesta pesquisa descrever e analisar as manifestações concretas do PNAE no município de Santiago –RS, com ênfase no tipo de alimentos consumidos pelo público alvo, quantidade de alimento destinado por matrícula das compras realizadas junto a COOPERSAF -Cooperativa Santiaguense de Agricultura Familiar-, e observar se todos matriculados tem a mesma participação nas compras realizadas junto a cooperativa.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

2.1 Definições e abordagens

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia ligado ao Ministério da Educação – MEC, que proporciona diante da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar à alunos de toda educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas, filantrópicas e educação especial (UNICAFES, 2013).

A criação do PNAE não é recente, foi criado na década de 1940 e assegurado pela Constituição Federal o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental, todavia foi somente após a regulação por meio da lei 11.947, de 2009, que o Programa teve maior visibilidade e amplitude para a Agricultura Familiar. Esta Lei preconiza como objetivo central desenvolver um programa de alimentação em todo Brasil para suprir às necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência na escola, auxiliando para o progresso de aprendizagem e rendimento escolar, bem como formar cidadãos com hábitos alimentares saudáveis (UNICAFES, 2013).

Segundo Sousa (2006), a alimentação deve ser ‘redimensionada’, onde se deve ter a mudança concreta de hábitos, mas também por uma sociedade que roga pela substituição de uma alimentação não tão saudável – pautada em produtos industrializados ou *fast food*-, para uma mais saudável – pautada em alimentos que sejam produzidos localmente, e preferencialmente priorizando frutas, verduras e legumes-. Esse princípio norteador decorre da ideia de que quanto mais próximo o alimento de quem o consome, maior a qualidade nele imprimida e maior a possibilidade de estimular o desenvolvimento local.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é o responsável pela normatização, cooperação técnica, assistência financeira e fiscalização da execução do PNAE. Este programa é acompanhado através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI), e pelo Ministério Público.

O repasse dos recursos monetários envolvidos nesse processo são transferidos diretamente aos estados e municípios, e cabe a eles administrar o dinheiro repassado pela União, e complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal. É importante considerar o artigo 14, o qual traz grandes avanços para o Programa, pois esse determina a utilização mínima de 30% dos recursos repassados pelo FNDE para compra de produtos da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e às comunidades quilombolas. Assim, vale ressaltar que as aquisições dos produtos que serão utilizados na alimentação escolar envolvem o uso de alimentos variados, que respeitem a cultura local e o apoio ao desenvolvimento sustentável (UNICAFES, 2013).

Para que o comércio seja efetivado, os agricultores devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações), ou grupos informais (desde que possuam Declaração de Aptidão –DAP- física ou jurídica, e estejam amparados por uma entidade articuladora). Assim, se busca dinamizar fundamentalmente as diferentes regiões do país, inclusive àquelas mais atrasadas do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social (FNDE, 2003).

Para *Bill e Melinda Gates Foundation*, considerada como a maior fundação de caridade do mundo (FORBES, 2009), se refere a esses tipos de mercados institucionais vigentes no Brasil como ‘demanda estruturada’. Essa se caracteriza por: a) certeza na comercialização de parte dos produtos oriundos da agricultura familiar associada ou cooperada; b) pelos padrões superiores de qualidade dos produtos agrícolas; c) pelo potencial de redução de incertezas e os riscos, mormente no concernente à volatilidade dos preços; d) por possibilitar um maior planejamento produtivo, bem como a diversificação de suas culturas com ênfase na qualidade, a fim de atender aos requerimentos quantitativos e às normas de higiene e saúde impostas pelo PNAE (IPC-IG, 2013).

2.2 Aspectos históricos e conceituais da Segurança Alimentar

A temática que subjaz o conceito de segurança alimentar no mundo, foi construído de forma lenta nas últimas seis décadas, sendo que inicialmente vinculavam-se as questões de ordem quantitativa, importando a oferta regular de produtos alimentares independente da

forma de obtenção destes, inclusive propalando a necessidade de incorporação de tecnologia mesmo que os elementos modernizantes utilizados incitassem a utilização de agroquímicos.¹

Difundiu-se assim, a chamada Revolução Verde e criou-se um forte aparato de apoio creditício e de assistência técnica aos agricultores para a elevação da produção. A problemática da segurança alimentar naquele momento, estava ligada exclusivamente à capacidade da produção de alimentos pelos diversos países.

Foi somente em 1996, na Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma, a FAO (organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) que se conseguiu o apoio de 170 países ali reunidos para reduzir a fome no mundo pela metade até 2015. Essa conferência além de reafirmar o direito de todos ao acesso de alimentos enfatiza que estes sejam seguros e nutritivos (ORTEGA 2010, p. 195- 197). Para a FAO existe segurança alimentar quando as pessoas têm a todo o momento, ao acesso físico e econômico de alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável. (FAO, 1996, p. 3, apud ORTEGA 2010).

No Brasil, o pioneiro no tocante a Segurança Alimentar foi Josué de Castro (um dos fundadores da FAO) nos anos de 30. Contudo, foi somente no final da década de 80 que o tema apareceu apresentando uma perspectiva de política de abastecimento alimentar (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996). Ainda segundo os autores, até então o conceito era entendido restritamente a questões de estado nutricional dos indivíduos, e principalmente desnutrição infantil, amparado pela Vigilância Alimentar e Nutricional.

Apesar de se tratar de um conceito amplo, a segurança alimentar é bem mais do que o acesso ao alimento, a distribuição de mantimentos a comunidades carentes, iniciativas de formação de emprego no campo ou combate à desnutrição (sem dúvida indispensáveis).

O objetivo da segurança alimentar implicaria combinar (a) ações assistenciais-compensatórias frente a questões emergenciais como a fome, com políticas de caráter estruturante visando assegurar (b) o acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda familiar; (c) a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes, porém, não excludentes e sustentáveis e (d) divulgação de informações ao consumidor sobre práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento. (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996, p. 72).

¹ Na América Latina, não tem sido diferente, os programas de alimentação escolar se generalizaram nas décadas de 50 provenientes de ajuda humanitária internacional, tais como o Programa PL 480 dos Estados Unidos. Relatórios do governo Johnson, nos anos 60, indicam que praticamente nada se sabia entre os doadores acerca dos hábitos alimentares das populações que iriam receber os alimentos doados. (BELIK 2010, p. 94-95)

2.3 Os circuitos alimentares e a merenda escolar

É indubitável a relevância da composição de uma alimentação saudável para o desenvolvimento do ser humano, e em especial, para os estudantes. Todavia, está cada vez mais presente na agenda atual uma desconexão do sistema alimentar, pautado em cadeias longas de produção e distribuição, a exemplo da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA), localizada em Porto Alegre e distante das regiões fronteiriças do estado. Cada vez mais também se observa o aumento massivo do consumo de produtos industrializados sem procedência conhecida, e crescente consumo de *fast food*. Como consequências no âmbito da saúde humana, se percebe maior número de pessoas diagnosticadas com problemas de hipertensão, diabetes, sobrepeso entre outros. No entanto, muitas dessas doenças antes particularizadas nos adultos e idosos, hoje acometem crianças e jovens tanto residentes do meio urbano, quanto aqueles residentes no meio rural.

Mondini e Monteiro (1994), mostram que na dieta atual se verifica a substituição do consumo de tubérculos como a mandioca e batata doce, por outras fontes de carboidratos de origem industrial, e remetem esse fenômeno da substituição como sendo consequência da Revolução Verde e modernização da agricultura nos anos de 60 e 70. A forma convencional de produção pautadas na transgenia, agroquímicos e intenso uso de maquinários, foi levada até os agricultores e os incentivou a produção em larga escala de uma única cultura, muitas vezes deixando de lado a produção de alimentos para o autoconsumo. As alterações produzidas a partir da implementação do PNAE implicaram em mudanças qualitativas, uma vez que se contrapõem a pouca importância dada à produção alimentar orgânica:

Nesse sentido, a Alimentação Escolar tem servido como exemplo e prática de caminhos para a construção de cardápios saudáveis e sustentáveis, aproximando questões de saúde coletiva – na qualidade da refeição oferecida ao escolar, a estratégias de desenvolvimento rural – ao promover a compra da Agricultura Familiar, preferencialmente local e agroecológica. (RAMOS, 2011, p.4)

2.4 A contribuição do PNAE no processo de construção estrutural e qualitativa alimentar via mercados institucionais

Para Ploeg (2011), existem dois tipos de mercados. O primeiro pode ser considerado aquele mercado de produtos básicos (*commodities*), que são globalizados e liberalizados,

responsáveis por processos exclusivos, de desigualdades sociais e espaciais, marginalização do campesinato, e tendência à homogeneização da paisagem. Um segundo mercado, seriam aqueles que são chamados emergentes ou “mercados aninhados” (*nested market*). Esses portam um diferencial, que é a prevalência da qualidade superior, a preservação da origem e características organolépticas, além de incorporarem relações de proximidade entre agricultores e consumidores. Um dos exemplos de ‘mercados aninhados’ para o autor, é o mercado de merenda escolar no Brasil, visto que sustenta tanto a merenda escolar com as características já citadas, quanto mais de 300.000 agricultores familiares ligados ao Programa.

Segundo Triches, Froelich e Schneider (2011), os programas como os de alimentação escolar vão ao encontro do que a bibliografia chama de “transição nutricional”, caracterizado por um aumento nos índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis entre as pessoas. Os autores ressaltam que para fazer frente a essas tendências os programas governamentais tais como PNAE, estimulam dois componentes básicos: o componente alimentar, relacionado à produção, disponibilidade e acesso aos alimentos; e o componente nutricional, relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica dos alimentos, assim como ao estado de nutrição da população (CONSEA, 2016). Consequentemente, se integram as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e saúde do contingente de estudantes, bem como se criam mercados certos para oferta de produtos alimentícios produzidos localmente.

Ainda considerando os crescentes índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis entre as pessoas, é que cabe ao Estado se sobressair como responsável pela construção e consolidação de modelos alimentares diferenciados que possibilitem o enfrentamento conjunto das problemáticas de produção e consumo. No Brasil, esse modelo estruturante se baseia nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), onde nesse discurso “associa-se o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social com crescente equidade e inclusão social” (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 937). Assim, as políticas de estímulo à produção agroalimentar devem estar associadas a formas que busquem equidades sociais e socialmente sustentáveis de ocupação do meio rural, ao enfrentamento da pobreza no campo, à valorização das diversas culturas alimentares, bem como ao desenvolvimento local e regional (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho, compreende além da revisão da literatura acerca da temática segurança alimentar, um estudo empírico de análise realizado a partir de uma investigação efetuada à informantes qualificados diretamente em todas as escolas da rede estadual de ensino do município de Santiago -RS. Além disso, o estudo tratou de uma análise documental fornecida por instituições enfatizando as relações que se estabelecem entre os diferentes agentes envolvidos no processo.

Este estudo de caso é definido como um levantamento de caráter descritivo, pois busca descrever as características e manifestações concretas do PNAE, e estabelecer uma relação com a literatura já existente (GIL, 2006).

O município de estudo é Santiago (RS), integrante da região central do Rio Grande do Sul, estando localizado a 443 km da capital do estado. Possui uma população de 49.071 habitantes, uma área de 2.413,133 km², com uma densidade populacional de 20,33 hab/km² (IBGE, 2016). O PIB *per capita* a preços correntes em 2012 era de 13.430,17 reais, e o IDHM-2010 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010) de 0,766 (IBGE, 2016).

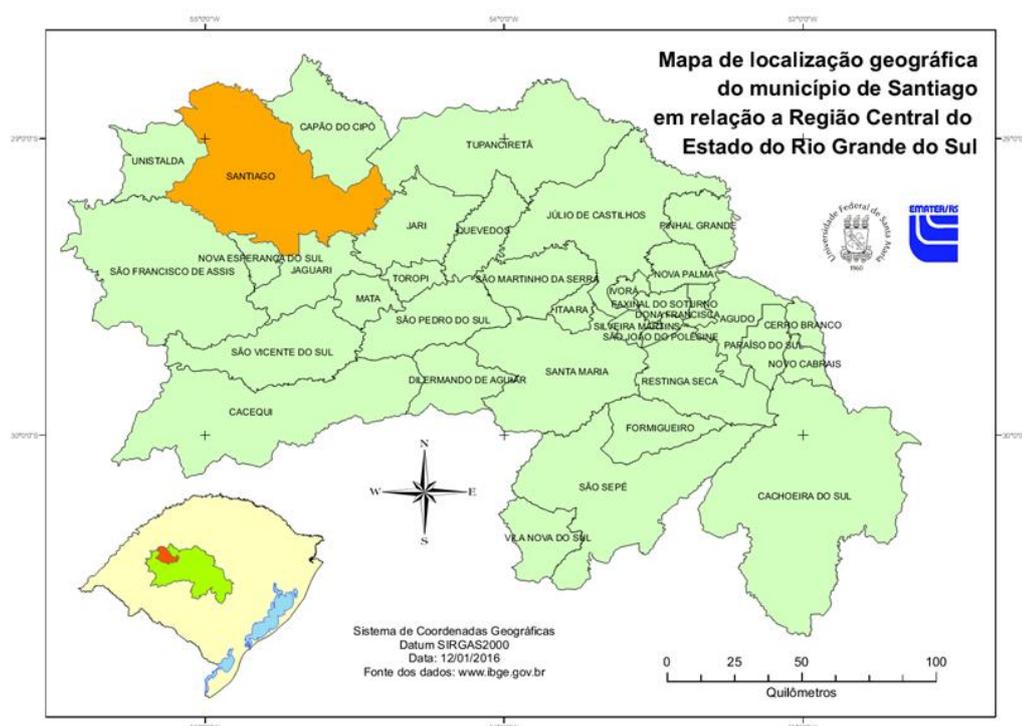
O município em questão foi escolhido devido possuir forte vínculo com abastecimento alimentar pautado em circuitos curtos². Neste, além da consolidada venda de produtos aos programas institucionais, se manifestam o comércio face a face através de três feiras livres as quais abastecem o município de segunda à sábado, entregas domiciliares e venda de hortifrutigranjeiros nas propriedades. Quanto aos circuitos de proximidade (aqueles onde se tem a presença de pelo menos um agente intermediador), se manifestam ainda a venda de frutas e hortaliças diretamente aos restaurantes e mercados varejistas (DUTRA et al., 2015).

4. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SANTIAGO (RS)

² Wilkinson (2002) caracteriza os circuitos curtos com questões alusivas aos aspectos de vizinhança, conhecimento pessoal, transações com público determinado ou mesmos atores sociais, fortalecimento das relações mercantis, resistência às pressões “externas” reguladoras e mercadológicas.

Conforme visto anteriormente, o município de Santiago (RS) é integrante da região central do estado (Figura 01), com uma população rural com forte vínculo relacionado à produção agrícola. O município conta com um sistema consolidado de abastecimento alimentar pautado em cadeias curtas e de proximidade. A maior parte da produção familiar desse município consegue se manter com relativos níveis de competitividade produtiva, mesmo com a presença evidente da globalização do sistema alimentar e dos oligopólios e monopólios das empresas agroalimentares. Vale lembrar, que a reprodução da agricultura desse município está vinculada a possibilidade de realização de parte de sua produção aos mercados institucionais (BALEM, 2015).

Figura:01:Mapa da localização de Santiago no Rio Grande do Sul



Fonte: Colégio Politécnico (2016).

As escolas estaduais e municipais de Santiago-RS, articulam-se ao PNAE desde 2009. Nesse ano ocorreu a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho que trouxe novos avanços ao programa, como os já citados na seção 2 deste trabalho. Atualmente, o programa abrange 22 escolas e creches municipais; e 10 das escolas estaduais do município, e por vezes escolas de municípios limítrofes (LEWANDOWSKI e ZDANOWICZ, 2013). No caso da rede pública estadual, a compra é realizada de forma autônoma por cada escola. Como entidade apoiadora

e organizadora da produção e comercialização dos gêneros alimentícios, encontra-se a COOPERSAF (Cooperativa Santiaguense da Agricultura Familiar Ltda).³

Nas escolas estaduais do município de Santiago, a entrega dos produtos é feita de forma individual através das chamadas públicas que podem ocorrer em distintos momentos, a fim de manter os estoques e suprir as necessidades diárias de alimentos nas escolas.

Cabe ressaltar, que atualmente todas as escolas públicas tanto de âmbito municipal quanto estadual que ofertam alimentação para seus escolares, apresentam em seus cardápios a participação de algum tipo de alimento produzido localmente (LEWANDOWSKI e ZDANOWICZ, 2013). Dentre os principais se encontram os hortifrutigranjeiros tais como: alface, bata doce, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, couve-flor, espinafre, laranja, morango, tangerina, entre outros. Dos produtos agroindustrializados: canjica e farinha de milho, canjica de trigo, bolacha, rosca, pão artesanal, cuca, mel e leite.

5 O Tripé institucional: Cooperativa Santiaguense da Agricultura Familiar (COOPERSAF), EMATER/RS-ASCAR e Gestores educacionais

As instituições que em primeira instância são envolvidas na gestão dos recursos, são abordadas nessa seção objetivando destacar suas formas particulares de atuação e inter-relacionamento no âmbito do PNAE, no município de Santiago -RS.

5.1 A Cooperativa Santiaguense da Agricultura Familiar (COOPERSAF)

A COOPERSAF foi fundada no dia 18 de agosto de 2011, após várias reuniões nas comunidades interioranas do município de Santiago-RS, com o objetivo principal de organizar a produção de alimentos das famílias agricultoras para atender as exigências legais provenientes dos mercados institucionais (LEWANDOWSKI e ZDANOWICZ, 2013).

³ Na rede pública municipal as compras são organizadas pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sendo que a entidade articuladora é a EMATER/RS-ASCAR.

Segundo os idealizadores da cooperativa santiaguense, um dos fatores elementares para a criação desta foi o sucesso observado de outras cooperativas de cidades da região que procuravam as chamadas públicas. Nesse sentido, se observava que nos grupos organizados se tinha a presença de sindicatos, órgãos de extensão rural e assistência técnica amparando o processo de vendas institucionais. Isso os tornava organizados, com capacidade de produção escalonada e entrega regular, bem como amparados no que tange a assuntos burocráticos.

No início do processo de formação da cooperativa realizaram-se reuniões ministradas pela EMATER/RS-ASCAR (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR) conjuntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago, nas várias localidades do município. Naquele momento, o intuito era sensibilizar os agricultores sobre a importância do grupo se organizar na forma de uma cooperativa. Posteriormente, na Assembleia Geral de Fundação, um grupo de 78 agricultores e pecuaristas familiares constituíram a gama de futuros associados, sendo que a maior parte do grupo era constituído de mulheres do meio rural (BALEM, 2015).

Quanto aos objetivos da cooperativa, há que se ressaltar o da promoção e oferta e organização da produção nas quantidades requeridas para suprir as compras institucionais do PNAE e PAA. Além disso, assessorar a logística de distribuição dos produtos, aumentar a renda e qualidade de vida dos cooperados, definição de quantidades produzidas por cada agricultor, periodicidade de entrega, e oferta simultânea de vendas para os programas institucionais (ROCHA e TESSARI, 2013).

Anteriormente a criação da cooperativa, se sabe que a comercialização institucional se dava através de grupos informais, os quais vivenciavam uma série de dificuldades, principalmente em relação às variedades e quantidades de produtos ofertados. A criação da COOPERSAF vem possibilitando o fornecimento da produção local e suprimindo a demanda do mercado institucional, dando respaldo por vezes, ao comércio com as prefeituras de cidades vizinhas como Bossoroca-RS e Unistalda-RS. Desse modo, a cooperativa ganha sentido regional, visto que acaba contribuindo com a alimentação das escolas municipais e também de municípios limítrofes.

Segundo a presidente da COOPERSAF, com fim de se obter uma maior diversificação de produtos ofertados aos programas, já foram formalmente organizadas duas agroindústrias familiares, uma de panificação e outra de farinha de canjicas. Na tentativa de incorporar a venda de embutidos de origem animal, atualmente existe uma agroindústria em fase de organização burocrática legal. Quanto à produção leiteira dos associados, dois laticínios

locais terceirizam o serviço de processamento do produto. Já o mel que compõem a cesta de produtos adquiridos pelos programas, esse é beneficiado e comercializado em embalagens específicas (saches de três gramas) pelo Apiário Padre Assis⁴.

Sabe-se que apesar da consolidação da COOPERSAF enquanto cooperativa de êxito no fornecimento de produção da agricultura familiar, no tocante às exigências do PNAE, vislumbram-se ainda aspectos a serem reforçados, tais como o desenvolvimento de práticas associativas capazes de permitir a participação mais incisiva de todos os atores sociais envolvidos. Outro cuidado para não comprometer o êxito das atividades é regular o volume de produção requerido com qualidade de acordo com as necessidades de consumo nas escolas. Tal situação decorre de algumas lacunas no conhecimento de parte dos agricultores, que não conhecem todos os requisitos que compõe o processo que envolve as compras institucionais (BALEM, 2015). Contudo, percebe-se uma melhoria nos ajustes regulatórios dos mecanismos que compõe as articulações dos diferentes atores institucionais envolvidos. De todo o modo, uma maior atuação da assistência técnica diretamente nas propriedades rurais *vis a vis* o aprofundamento das relações dos atores envolvidos em cada ano permite a otimização da dinâmica de compras institucionais.

Por fim, vale ressaltar que atualmente dos 78 cooperados, 60 são mulheres que perceberam uma oportunidade, isto é, a possibilidade de autonomia financeira e garantia de melhores níveis de renda em suas residências. Atualmente, 25% de toda a produção de hortaliças e 100% da produção de farináceos da alimentação escolar entregue pela COOPERSAF, são provenientes de estabelecimentos pelos quais as mulheres são as responsáveis⁵.

5.2 As ações da EMATER/RS-ASCAR (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR)

⁴ Apiário instalado em Santiago-RS, que atua no município e no estado do Rio Grande do Sul a mais de 40 anos no mercado de mel e cera de abelhas. Hoje possui credenciamento junto ao Serviço de Inspeção Sanitária, o que viabiliza o beneficiamento do mel produzido pelos agricultores familiares, e destinado à venda nos mercados institucionais.

⁵ Essas informações foram obtidas via entrevista direta com representantes da COOPERSAF.

A atuação da EMATER/RS-ASCAR tem se mostrado como fundamental para o êxito do PNAE no município de Santiago –RS, a capacitação efetuada para treinamento e demais formas de treinamento e capacitação dos promotores das atividades de extensão, vem permitindo a manutenção da quantidade de dos produtos da agricultura familiar, bem como a orientação mais precisa dos tipos de substituições possíveis na produção, em consonância com as nutricionistas das escolas conveniadas. A forma de atuação desta instituição se consubstancia na realização de diversos eventos, tais como: a) encontros; b) cursos; c) seminários temáticos e, d) reuniões organizativas. As incursões específicas ocorrem na própria sede da COOPERSAF e, nas unidades familiares individuais conforme a necessidade particular da exploração detectando possíveis problemas na qualidade do solo ou controle natural de pragas dentre outros tratamentos culturais.

5.3 A atuação dos Gestores das Escolas Estaduais

Nas escolas estaduais de Santiago-RS, os gestores do PNAE não são funcionários específicos com dedicação exclusiva na gestão dos recursos. Na maioria dos casos o gestor acumula a função de diretor, vice-diretor ou ainda o responsável da parte financeira da escola. A incumbência deste ator institucional diz respeito ao planejamento e prestação de contas do uso dos recursos financeiros disponibilizados pelo PNAE. Os gestores informam no censo escolar o número de estudantes matriculados na jornada integral, que deve compreender no mínimo sete horas por dia ou 35 horas por semana, para a aquisição dos alimentos necessários para as refeições.

As merendeiras, por sua vez, tem a atribuição de utilizar um cardápio escolar idealizado pela nutricionista. Muitas vezes, busca-se para tal consenso entre a nutricionista e a merendeira no tipo de produto substituído, de acordo com a oferta do que compreende o consumo típico da região, e sem recorrer à produtos que não tenham elos culturais com o município. Essas mudanças tornam-se necessárias, uma vez que alguns eventos climáticos inesperados danificam a produção local, ou mesmo por questões de falta de regularidade de entrega por parte dos agricultores, o que acaba afetando os estoques alimentares das escolas. Todavia, nem por isso perde-se a qualidade, segundo a nutricionista responsável, há a substituição por produtos também palatáveis e que apresentam substitutos nutricionais aos alimentos.

Aos gestores das escolas cabe também a atribuição de propalar no âmbito do corpo docente e aos alunos, a importância da origem dos produtos que são utilizados na composição da merenda escolar, os gestores estaduais devem considerar, que conforme já mencionado as compras alinhadas aos requerimentos indicados pela nutricionista da escola.

Enfim, vale ressaltar outra intervenção efetuada pelos gestores da escola diretamente em relação aos discentes, redundando em vários aprendizados transmitidos na escola. Neste sentido, propalam a importância da alimentação saudável. Isso é corroborado por Mielniczuk (2005) que afirma que os escolares estão num momento de aprendizagem e troca de experiências constantes, vendo e comparando, por exemplo, o que o colega ao lado come ou não come.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute as implicações do desenvolvimento do PNAE nas escolas estaduais do município de Santiago –RS, buscando responder a problemática de pesquisa, bem como os objetivos propostos neste artigo que consiste em contribuir com o debate acerca dos aspectos qualitativos que envolvem a alimentação escolar e a gestão dos recursos. Assim, na primeira subseção, são apresentados dados referentes ao número de matrículas na rede pública de ensino de Santiago-RS no período de 2013-2014, bem como é feita uma estimativa dos valores totais das compras do PNAE, e os valores que por direito devem ser repassados para agricultura familiar do município. Na segunda subseção, é feito um ensaio relacionando as compras de uma amostra de oito produtos adquiridos junto a COOPERSAF no 1º semestre de 2014, e o número de matrículas na rede estadual de ensino de Santiago-RS. Assim, buscou-se relacionar a quantidade de alimento pelo número de matrículas registradas, e observar se os alunos das diferentes escolas tem níveis equivalentes dos alimentos da amostra.

6.1 Número de matrículas, evolução com gastos no PNAE, e participação da COOPERSAF nas vendas institucionais (2013-2014)

No ano de 2013 na rede pública de educação de Santiago-RS, haviam 8.918 matrículas, apresentando um declínio quando comparado a 2014 que apresentava 8.696 matrículas. Na educação infantil-creche, foram registradas 670 matrículas em 2013, e 860 em 2014, sendo que esta corresponde a três refeições diárias. As demais matrículas, 8.248 e 7.836 de 2013 e 2014, respectivamente, estão distribuídas nos seguintes níveis escolares: Pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA e Educação Especial., assim como mostra o Quadro 01. Nesses níveis escolares, a refeição é servida no mínimo uma vez por dia, o que resulta num somatório de 10.258 em 2013 e 10.416 refeições diárias. Cabe lembrar, que apesar de ter havido um decréscimo no número de matrículas de 2013 para 2014, nesse último ano se tinha 190 matrículas a mais na categoria infantil-creche quando comparado ao ano anterior, e que quando multiplicado por três refeições, representa 570 refeições a mais diariamente. Isso justifica o fato do ano de 2014 ter menos matrículas que 2013, mas maior número de refeições.

Quadro 01: Evolução de matrículas na rede pública de Santiago-RS entre 2013-2014.

	Educação Infantil				Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA		Educação Especial	
	Creche		Pré-escola									
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Estadual	0	0	25	24	2850	2683	1662	1651	768	641	150	107
Municipal	670	860	621	658	2086	1988	0	0	24	0	62	84
Total	670	860	646	682	4936	4671	1662	1651	792	641	212	191

Fonte: Inep, 2016.

De acordo com o FNDE (2016), é repassado para os municípios e estados através da União, o valor, por dia letivo e por aluno, dê: R\$ 1,00 para matriculados em creche, pré-escola e Ensino fundamental; R\$ 0,50 para matriculados no ensino médio; e R\$ 0,30 para alunos EJA. Estima-se, portanto, um valor aproximado de R\$ 1.773.880,00 em 2013, e R\$ 1.828.500,00 em 2014, o que representa um montante de R\$ 532.164,00 e R\$548.550,00, respectivamente, o qual deveria ser por lei destinada as compras da agricultura familiar.

Segundo dados da COOPERSAF, no ano de 2013 foram comercializados para o PNAE (rede municipal e estadual de ensino, e comercialização para outros municípios) um montante de R\$ 252.860,90, e em 2014 R\$ 362.386,96. Isso demonstra que o programa vem se fortalecendo ao longo dos anos e o aumento da participação da cooperativa tem-se concretizado, pois se teve um aumento de 43,31% de um ano para o outro na compra de alimentos junto à cooperativa. Todavia, também remete que para que o programa esteja em

conformidade com a lei que destina 30% dos fundos para compra de alimentos da agricultura familiar, no município de Santiago-RS vem ocorrendo o comércio direto de outros grupos ou agricultores de forma individual que não são por intermédio da COOPERSAF, diretamente com as escolas.

Pode-se notar ainda que diante do avanço com os valores gastos com a COOPERSAF, vem havendo um esforço por parte das instituições para substituir a compra de alimentos convencionais por alimentos produzidos pela agricultura familiar. Essas ações fazem com que se possa ofertar uma alimentação de melhor qualidade, bem como, dinamizar a economia do município através da compra de produtos oriundos do próprio local, formação de renda para o agricultor, e fixação do homem no campo por se criar novas oportunidades de mercado.

6. 2 Compras da COOPERSAF e relação quantidade de alimento por matrícula nas escolas estaduais de Santiago-RS participantes do PNAE

Através de dados coletados correspondentes as compras institucionais de alimentos no 1º semestre de 2014, referentes a oito produtos comuns em quase todas as cestas das dez escolas estaduais de Santiago-RS participantes do PNAE, é que se buscou estabelecer uma relação da quantidade de produto por matrícula para demonstrar o desempenho das escolas junto ao programa. No Quadro 02, encontram-se informações referentes ao número de matrículas em 2014 nas escolas estaduais em pesquisa, e a quantidade de produtos que essas adquiriram no semestre estudado. É importante salientar que os espaços que estão em branco do quadro, se encontram dessa forma por tais escolas não terem adquirido tais alimentos no 1º semestre de 2014.

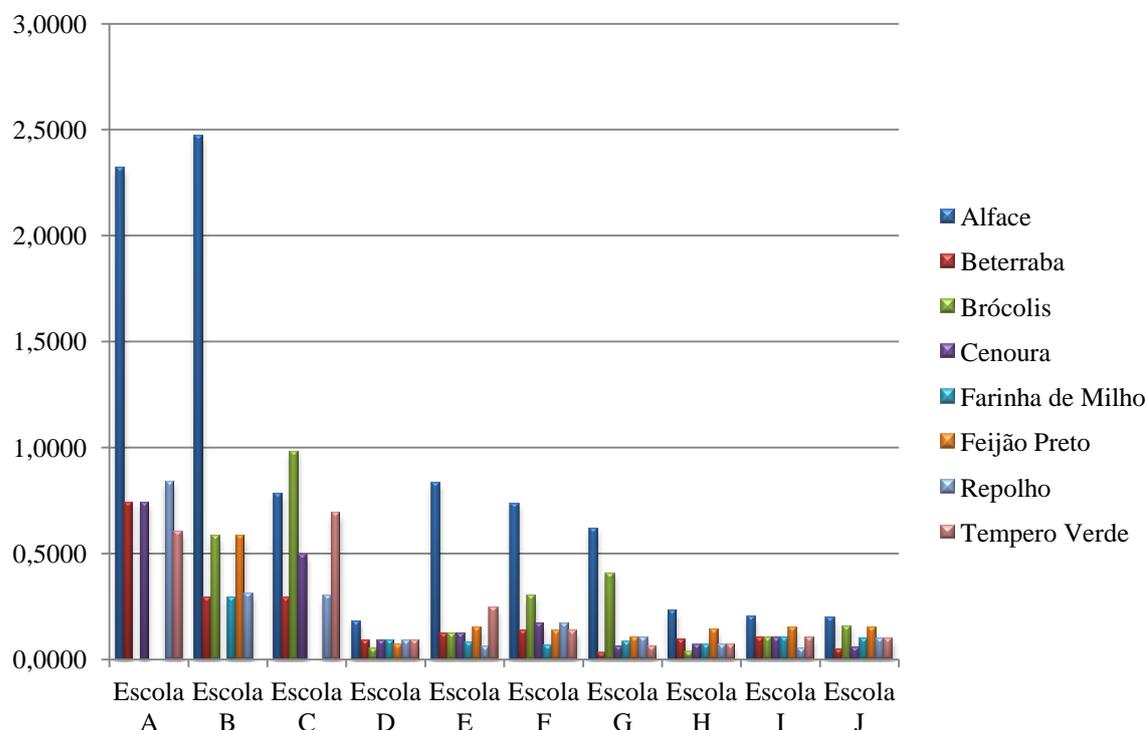
Quadro 02: Número de matrículas e amostra da quantidade de produtos adquiridos nas dez escolas estaduais participantes do PNAE em Santiago-RS no 1º semestre de 2014.

		Alface (Unidade)	Beterraba (Kg)	Brócolis (Unidade)	Cenoura (Kg)	Farinha de Milho (Kg)	Feijão Preto (Kg)	Repolho (Kg)	Tempero Verde (Maço)
	Nº Matric	Qntd	Qntd	Qntd	Qntd	Qntd	Qntd	Qntd	Qntd
Escola A	43	100	32	-	32	-	-	36	24
Escola B	55	136	16	32	-	16	32	17	-
Escola C	214	167	63	210	104	-	-	64	147
Escola D	224	40	20	12	20	20	16	20	20
Escola E	249	207	30	30	30	20	38	15	60
Escola F	538	396	72	162	90	36	72	90	72
Escola G	776	480	22	315	48	64	80	80	48
Escola H	872	200	80	30	60	60	120	60	60
Escola I	996	200	100	100	100	100	150	50	100
Escola J	1030	200	50	160	60	100	150	100	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pela COOPERSAF e Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2016).

Com fim de demonstrar mais claramente a quantidade de alimentos comprados na COOPERSAF destinada para cada matriculado, é que se fez o uso de medidas de proporção onde se dividiu a quantidade de alimento pelo número de matrículas, como mostra o Gráfico 01. Através deste, é possível notar a disparidade das compras de uma escola para outra.

Gráfico 01: Relação quantidade de alimento por matrícula adquiridos na COOPERSAF no 1º semestre de 2014 nas escolas estaduais de Santiago-RS participantes do PNAE.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pela COOPERSAF e Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2016).

Avaliando o caso da alface, é possível notar que a Escola B possui um índice de consumo 14 vezes maior que a Escola D, por exemplo, todavia muito próximo do índice da Escola A que traz consigo um relação 13 vezes maior que a Escola D.

A Escola A ainda possui melhores índices no que tange a proporção de beterraba por matrícula, pois essa lidera a amostra seguida da Escola B e Escola C que possuem a mesma proporção. Quem possui a maior discrepância na relação desse alimento é a Escola G e em penúltimo pior índice é o da Escola J.

Na avaliação da Brócolis, se nota que os melhores níveis encontram-se na Escola C e Escola B. A Escola C possui uma proporção 28 vezes maior que a Escola H que tem o resultado com maior discrepância, bem como a Escola B possui um índice 16 vezes maior que a Escola H. Aqui vale lembrar, que a Escola A no semestre estudado não possuía Brócolis na sua cesta de compras.

No caso da cenoura, novamente a Escola A lidera apresentando melhores índices que as demais escolas, seguida da Escola C. A Escola A apresenta um nível 12,8 vezes em relação a Escola J que possui os piores resultados, bem como a Escola C possui um índice 8,3 vezes

maior que a escola com menor nível. Não possuía cenoura em sua cesta no momento de estudo apenas a Escola B.

A Farinha de Milho, com exceção da Escola B que possui o melhor índice entre as demais escolas, possui um comportamento similar, como se pode notar na Escola D, Escola E, Escola F, Escola G e Escola H. No período de estudo, não adquiriu Farinha de Milho junto a COOPERSAF a Escola A e Escola C.

O melhor índice quantidade de Feijão Preto por aluno obteve-se na Escola B, sendo que o pior índice na Escola D. Com exceção desses dois casos, o Feijão Preto possuiu índices semelhantes no restante das escolas, isso é facilmente compreensível dado que é item essencial na dieta alimentar brasileira, porém consumido em média, em proporções semelhantes per capita. No 1º semestre de 2014, não adquiriu Feijão Preto junto a COOPERSAF a Escola A e Escola C.

No caso do Repolho, os melhores índices foram apresentados pela Escola A, Escola B e Escola C, sendo o pior índice encontrado na Escola D. A Escola A, Escola B e Escola C, possuem índice superior 16,68, 6,16 e 5,96, respectivamente, superior à última colocada.

Por fim, no caso do Tempero Verde os melhores índices apresentaram-se na Escola C e Escola A, sendo os piores na Escola G e Escola H. Nesse caso, a Escola B foi à única que não adquiriu Tempero Verde junto a COOPERSAF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre eficiência das políticas públicas com a alimentação escolar não se esgota em apenas um estudo de caso para cada município, e está longe de responder todos questionamentos intrínsecos aos programas. No que tange a segurança alimentar, fortes indícios e pesquisas em diversos estudos de caso apontam que se obteve uma melhora na qualidade da alimentação escolar após o Decreto da Lei nº 11.947, de 16 de junho, que estabeleceu a participação mínima da compra de 30% do repasse do FNDE da agricultura familiar.

O artigo objetivou mostrar a dinâmica de desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas estaduais do município de Santiago-RS, principalmente no concernente aos aspectos qualitativos da alimentação dos alunos. Foram efetuadas entrevistas

à informantes institucionais qualificados e incursões diretas em todas as escolas estaduais, do município de Santiago –RS. Conclui-se que em 2014, houve uma diferença média de 51,37% em relação a alocação dos recursos financeiros do PNAE e à aplicação em alimentos da agricultura familiar, ou seja, a COOPERSAF, apesar de ser a organização de referência nas vendas institucionais para o programa, não fornece todo volume demandado pelas escolas. Isto demonstra a necessidade de superação de equívocos e ajustes em direção à otimização dos recursos do PNAE, que deve se orientar no sentido de compras de teor qualitativo, tais como os descritos no Programa.

Outra conclusão diz respeito à discrepância na proporção quantidade de alimento por aluno nas diferentes escolas estaduais do município de Santiago - RS, bem como no comércio descentralizado em relação a entidade articuladora. Em ambos os casos, os resultados indicam à necessidade de aprimoramento na execução do Programa e remete à necessidade de estudos interdisciplinares, com pareceres de nutricionistas no sentido de verificar se as alterações substantivas encontradas, possam ou não comprometer a qualidade dos alimentos ingeridos pelos alunos.

Por fim, quanto a eficiência dos gestores das escolas estaduais estudadas, para maior compreensão e conclusões mais precisas é necessário maior profundidade nos estudos baseados nos cardápios utilizados nas escolas. Todavia, diante do que foi observado, existe forte discrepância entre as relações de quantidade de produto por matrícula. Ou seja, escolas com maior contingente de alunos estão recebendo menor volume proporcionais de determinados produtos, bem como escolas com menor número de alunos apresentam relações superiores às demais. Subentende-se, que aquelas que apresentaram menor participação nas compras dos produtos avaliados, utilizam-se de outros substitutos para compensação nutricional e energética que deve ser ofertada para os alunos. Caso contrário, é necessário rever como as compras institucionais estão sendo administradas para que então nenhuma escola seja lesada no processo.

Cabe aqui ressaltar a importância de estudos de caso sobre a consolidação desses programas nos diversos municípios, bem como aprofundamento das relações da compra de alimentos produzidos em circuitos curtos e/ou de proximidade. Isso possibilita constatar a eficiência da gestão nas compras institucionais, parcela das compras oriundas da agricultura familiar, bem como a forma e importância dada à segurança alimentar dentro das instituições de ensino.

Indica-se para futuros estudos, um estudo mercadológico e de preços dos produtos orgânicos adquiridos pelo PNAE, frente à aquisição de produtos convencionais. Assim,

poderá se avaliar a veracidade da falácia de que produtos orgânicos possuem preços mais elevados quando comparados aos produzidos de forma convencional, ou se simplesmente trata-se do canal de comercialização com que estes produtos são submetidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, N. A.; RAMOS, P. (orgs.). Segurança Alimentar, Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial. Campinas: **Alínea**, 2010.

BALEM, T. A. O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios. 2015. 263f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BELIK, W. CHAIM, N. A. A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o desenvolvimento local. **In: XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza. Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2015.
CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO (IPC-IG). **Demanda Estruturada e Pequenos Agricultores no Brasil: o Caso do PAA e PNAE**. Brasília, 2013.

COLÉGIO POLITÉCNICO. Mapa de localização geográfica do município de Santiago em relação a Região Central do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Maria: [s.n], Jan 2016.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional: textos de referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, julho 2004. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>> Acesso em: 13 abril 2016.

DUTRA, E. G. et al. Gestão integrada em fruticultura e olericultura e o fomento aos circuitos locais de produção e consumo de Santiago (RS). **In: 2º Congresso de Extensão AUGM.**, 2015, Campinas. **Anais...**Campinas: UNICAMP, 2014. p. 1-6.

FORBES. In Pictures: Billion-Dollar Donors. Disponível em: <http://www.forbes.com/2009/08/24/billion-dollar-donors-gates-business-billionaire-philanthropy_slide.html>. Acesso em: 27 set. 2015.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO /
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE:
orientação sobre a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Brasília, 2003.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO /
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Programas/PNAE. Brasília, 2013. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 20 out 2015.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5^o Edição; 7^a reimpressão. São Paulo:
Atlas, 2006. 44p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA CENSO ESCOLAR - Inep. **Censo Escolar**. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 19 abr 2016.

LEWANDOWSKI, D. R., ZDANOWICZ, J. E. Análise da Entrega de Produtos da
Horticultura Produzidos pela Cooperativa Santiaguense da Agricultura Familiar para Atender
ao PNAE no Ano de 2012. In: COTRIM, D. S. (Orgs.). **Gestão de Cooperativas: produção
acadêmica da ASCAR**. Porto Alegre: Gerência de Recursos Humanos da EMATER/RS-
Ascar, 2013. p.475-498.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. ; VALENTE, F. L. . Contribuição ao Tema da Segurança
Alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate (UNICAMP)**, Campinas(SP), v. 4, p. 66-88, 1996.

MONDINI, M., MONTEIRO, C. A. Mudanças no padrão de alimentação da população
urbana brasileira (1962-1988). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.28, n.6, p.433-439,
1994.

PAULA, M. M. ; KAMIMURA, Q. P. ; SILVA, J. L. G. . Mercados institucionais na
agricultura familiar: Dificuldades e Desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. XXIII, p. 33-
42, 2014.

PLOEG, J.D.V. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.
Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

RAMOS, M. O. “As crianças estão se sentindo importantes”: avanços na Alimentação Escolar
a partir da lei 11.947/2009 e da compra da Agricultura Familiar. **Revista Trajetória
Multicuros**. 2011. Disponível em:
<<http://www.facos.edu.br/old/galeria/129072011032717.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2016.

ROCHA, V. L. G., TESSARI, C. J. M. Organização da produção e comercialização dos produtores da cooperativa Santiaguense da agricultura familiar Ltda (COOPERSAF). Santiago-RS: [s.n.], 2013. 6p.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatísticas da Educação**. Disponível em:

<<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>>. Acesso em: 14 abr 2016.

SOUSA, A. A. Perfil do consumidor de alimentos orientado para saúde no Brasil. 2006. 187f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Agronegócios. Consórcio entre Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás. Campo Grande-MS. 31 out. 2006.

TRICHES, M.R.; FROELICH, E.; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos, RS. In: **SCHNEIDER, S.o; GAZOLLA, M (Org). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas locais**. Porto Alegre, UFRGS, 2011. p. 253-267.

TRICHES, M.R.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Rev. Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – UNICAFES. **Estratégias de Acesso a Mercados para agricultura familiar**. Brasília: Sergipe Soluções Gráficas Ltda., 2013.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-25, 2002.